

**PROJETO DE LEI Nº 004/2024.**

**Campinorte de 05 de fevereiro de 2024**

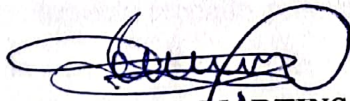
Institui como Patrimônio Público Cultural e Imaterial feira Municipal Benedito Rocha Lemos tem a tradição à, mas de 40 anos em atividades culturais no município de Campinorte.

O Prefeito do Município de Campinorte/GO, faz saber que a Câmara Municipal de Campinorte/GO, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica declarada a feira municipal Benedito Rocha Lemos como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Município de Campinorte.

Art. 2º –Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Atenciosamente,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campinorte-GO., aos 05 dias do mês de fevereiro de 2024.



**CLEOMAR MARTINS DE ARAÚJO**  
Prefeito do Município de Campinorte/GO

## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Temos a especial honra de apresentar aos nobres vereadores desta egrégia Casa de Leis, para vossa apreciação e análise, o presente Projeto de Lei de nº 04/2024, Feira Municipal Benedito Rocha Lemos.

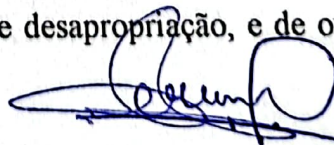
Com a aprovação do presente Projeto de Lei nº04/2024 o Poder Público poderá implantar ações que visem o desenvolvimento e apoio à prática culturais no município.

Considerando que o Patrimônio Cultural Imaterial, segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela Unesco em 2003 e ratificada pelo Brasil em 2006, é composto pelas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural e religioso.

O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de família a família e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que gera um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e religiosa e à criatividade humana.

A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade.

O artigo define, também, que o poder público - com a colaboração da comunidade - promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.





Para criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), executado pelo Iphan.

Os bens registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil.

Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo Iphan são aqueles que detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. As inscrições desses bens nos Livros de Registro atendem ao que determina o Decreto 3.551. Acreditamos contar com o indispensável apoio dos senhores vereadores para aprovação desta matéria, por entendermos se de grande relevância.

Sendo assim, diante das exposições, e que lhe peço a justa aprovação do pleito para que a FEIRA MUNICIPAL BENEDITO ROCHA LEMOS seja reconhecida como Patrimônio Imaterial e Cultural do município de Campinorte Goiás.

Assim, rogamos a esta Egrégia Casa de Leis que comprovem o presente projeto de lei nº04/2024 que é de suma importância para nossa comunidade.

Atenciosamente,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campinorte-GO., aos 05 dias do mês de fevereiro de 2024.



**CLEOMAR MARTINS DE ARAÚJO**  
Prefeito do Município de Campinorte/GO